



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

28 de novembro de 2017

Ata da Centésima Vigésima Quarta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e oito do mês de novembro, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Primeiro-Secretário e Nilton Franco, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, José Augusto, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Toinho Andrade, Vilmar de Oliveira, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Rocha Miranda e Ricardo Ayres. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Eduardo Siqueira Campos, Jorge Frederico, Júnior Evangelista e



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 106/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 53/2017, que “institui o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins – Siafe-TO, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 98/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense à Senhora Carla Maraísa Henrique Pereira”; Projeto de Lei número 195/2017, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “denomina o Fórum da cidade de Araguaína de Desembargador Antônio Félix Gonçalves”; Ofício oriundo da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária, informando a celebração de convênio com a Prefeitura de Porto Alegre do Tocantins”; Ofício oriundo da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, informando a celebração de termo de parceria com o Instituto Ecológica Palmas-TO”; e Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, informando celebração de convênio com a Prefeitura de Lagoa da Confusão”. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Wanderlei Barbosa. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 220/2017, de autoria do



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhor Deputado Paulo Mourão; 221/2017, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; Projeto de Resolução número 8/2017, de autoria da Mesa Diretora; e os Requerimentos que receberam os números 2.215 a 2.259. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Paulo Mourão e José Augusto. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciada em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 41/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com incentivo remuneratório e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor público ocupante de cargo efetivo da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 235/2017, o qual votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins promulga a Lei número 3.297, de 28 de novembro de 2017. À Secretaria para comunicar a autoridade competente. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 35/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar lotes de terrenos urbanos às famílias cadastradas junto à Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins – TerraPalmas, nos termos que especifica, e adota outra



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

providência”, que deu origem ao Processo número 216/2017; 37/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar às famílias contempladas no “Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró-Moradia”, os lotes de terreno urbano unifamiliar que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 207/2017; 29/2015, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico e Outros, que “obriga empresas concessionárias do serviço de água a instalar bloqueador de ar mediante solicitação do consumidor no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 182/2015; 47/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “obriga as concessionárias de serviço público de energia elétrica a disponibilizarem o valor mensal repassado às Prefeituras a título de contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (Cosip) no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 69/2017; 73/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “proíbe no âmbito do Estado do Tocantins, a inauguração e a entrega de obra pública estadual incompleta ou que, embora concluída, não esteja em condições de atender aos fins as que se destina, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 133/2017; 77/2017, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar, que “proíbe o ingresso ou



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

permanência de pessoas utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte a face, nos estabelecimentos comerciais, públicos ou abertos ao público no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 101/2017; 83/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “torna dispensável a exigência pelo Poder Público Estadual de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 135/2017; 103/2017, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Defensor Público do Estado do Tocantins – DPE-TO, o Senhor Arthur Luiz Pádua Marques”, que deu origem ao Processo número 175/2017; 144/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao atleta Roniedson Andrade de Oliveira”, que deu origem ao Processo número 196/2017;157/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Marx Beltrão Lima Siqueira”, que deu origem ao Processo número 231/2017; e 188/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que deu origem ao Processo número 246/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Requerimentos números 2.198, 1.554, 1.555, 1.556, 1.323, 1.415 a 1.436, 1.576, 1.577, 1.578, 1.342, 1.343, 1.344, 1.345, 1.368, 1.494, 1.495, 1.517, 1.518, 1.476, 1.512, 1.513, 1.514, 1.516, 1.579, 1.581, 1.582, 1.583, 1.584, 1.585, 1.586, 1.587, 1.588, 1.589, 1.590, 1.640, 1.568, 1.569, 1.570, 1.625, 1.626, 1.627, 1.628, 1.631, 1.632 e 1.633, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Deputado Paulo Mourão, convocou Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia, logo após, o encerramento desta Sessão. Em seguida, Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário